



**Alexandre de Sales
Pereira Cardoso**

**Os Ciclos Político Económicos e o Poder Local:
Análise de 1997 a 2009**



**Alexandre de Sales
Pereira Cardoso**

**Os Ciclos Político Económicos e o Poder Local:
Análise de 1997 a 2009**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizada sob a orientação científica da Doutora Elisabeth Teixeira Pereira e Rocha, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha mãe e aos meus avós pelo incansável apoio.

o júri

presidente

Prof. Doutor António Miguel Amoedo Lebre de Freitas,
professor auxiliar, Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Joaquim Carlos da Costa Pinho
professor auxiliar, Universidade de Aveiro

Profa Doutora Maria Elisabeth Teixeira Pereira e Rocha
professora auxiliar, Universidade de Aveiro

agradecimentos

A realização de uma dissertação envolve um acompanhamento intelectual, o qual não seria possível sem a colaboração da minha orientadora, a professora Doutora Elisabeth Teixeira Pereira e Rocha que me acompanhou na realização da mesma.

Agradeço por último à minha mãe e aos meus avós por financiarem os meus estudos que, sem o apoio deles, não seria possível atingir esta fase da minha formação académica.

palavras-chave

Ciclos Político Económicos, Poder Local, Eleições, Portugal, GMM

resumo

A presente dissertação tem por objetivo analisar a existência de ciclos político económicos nas finanças dos 278 municípios de Portugal Continental, em geral, e de uma forma mais particular da sub-região Dão-Lafões pertencente à unidade de Nível III – NUTSIII, durante o período de 1997 a 2009.

Com a existência de uma possível interdependência entre a economia e a política, é de esperar que, com o objetivo de uma induzida reeleição, a economia possa ser alterada para benefícios próprios dos governantes.

O conceito de Oportunismo nos autarcas municipais traduz-se na tentativa de mostrarem um resultado a seu favor na performance da economia através de um aumento das despesas diretamente observáveis aos eleitores, garantindo assim as probabilidades de reeleição.

Baseado neste conceito e, utilizando o Método Generalizado dos Momentos (GMM) para o modelo linear dinâmico de dados em painel e uma análise gráfica, observou-se um aumento brusco nos deficits e nas despesas municipais nos anos de eleições. Apontando, portanto, para a existência de ciclos oportunistas racionais. Contudo, não foram encontradas evidências para ciclos partidários durante o período de tempo estudado.

keywords

Political Business, Local Government, Elections, Portugal, GMM

abstract

The present dissertation aims to analyze the existence of political business cycles in economic finance in 278 municipalities of Portugal, and in a more particular way the sub region Dão-Lafões unit belonging to Level III – NUTSIII, during the period 1997 to 2009.

With the existence of a possible interdependence between economics and politics, it is expected that, with the goal of an induced re-election, the economy can be changed to benefit the incumbent rulers themselves.

The opportunism in the municipal incumbent politicians is reflected in an attempt to show results in their own favor based on the performance of the economy through increased spending directly observable to voters, which ensures the likelihood of reelection.

Based on this concept and, using the Generalized Method of Moments (GMM) for the linear dynamic panel data and a graphical analysis, a sudden increase in deficits and expenditures of finance municipalities in election years was observed, indicating the existence of rational opportunist cycles. However, no evidence was found of partisan cycles during the period studied.

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS	2
ÍNDICE DE QUADROS	3
1 – INTRODUÇÃO.....	5
2 – REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1 – CICLOS POLÍTICO ECONÓMICOS	9
2.2 - MODELOS OPORTUNISTAS.....	11
2.3 – MODELOS PARTIDÁRIOS	14
3 – METODOLOGIA E DADOS UTILIZADOS.....	23
3.1 – MODELO ECONOMÉTRICO E DADOS UTILIZADOS	23
3.2 – MODELOS LINEARES DE DADOS EM PAINEL	27
3.3 – MODELO DE EFEITOS FIXOS.....	29
3.4 – MODELO DE EFEITOS ALEATÓRIOS.....	31
3.5 – MÉTODO DOS MOMENTOS GENERALIZADOS	33
4 - RESULTADOS EMPÍRICOS	37
4.1 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
4.2 – ANÁLISE GRÁFICA.....	39
5 – CONCLUSÃO.....	43
BIBLIOGRAFIA	47
ANEXOS I.....	51

Índice de Figuras

Figura 1 – Interação entre a Economia e a Política	10
Figura 2 – Taxa de Inflação e Taxa de Desemprego	12
Figura 3 – Curva de Phillips	14
Figura 4 – Despesa Pública Local para cinco países da União Europeia	17
Figura 5 – Evolução do Saldo Orçamental Total dos 278 Municípios.....	40
Figura 6 – Evolução do Saldo Orçamental Total dos Municípios pertencentes à Sub-região Dão-Lafões	41

Índice de Quadros

Quadro 1 – Evolução da Literatura dos Ciclos Político Económicos.....	11
Quadro 2 – Estudos sobre Ciclos Político Económicos em Portugal	16
Quadro 3 – Evolução dos Estudos internacionais sobre Ciclos Político Económicos no Poder Local.....	19
Quadro 4 – Evolução sobre Ciclos Político Económicos no Poder Local em Portugal	21
Quadro 5 – Estatística Descritiva para os 278 Municípios.....	26
Quadro 6 - Estatística Descritiva para os 14 municípios Dão-Lafões.....	26
Quadro 7 – Vantagens e desvantagens de modelos de Dados em Painel	28
Quadro 8 – Painel Balanceado e não Balanceado	29
Quadro 9 – Painel Estático e Dinâmico.....	29
Quadro 10 – Resultados Econimétricos	37
Quadro 11 – Eleições Autárquicas em Portugal.....	39

1 – Introdução

A atual teoria dos Ciclos Político Económicos centra-se no âmbito da economia política, procurando explicar como o desempenho e os movimentos cíclicos da economia nas sociedades democráticas modernas refletem a interação entre variáveis económicas e políticas.

A literatura teórica, na área da economia política, propõe duas explicações alternativas para ocorrência de Ciclos Político Económicos. Por um lado, os modelos dos ciclos políticos realçam a ideia de que as chamadas *manipulações eleitorais* servem para sinalizar a competência política e administrativa dos governantes contribuindo assim para gerar estes ciclos. Por outro lado, a possibilidade de existirem ciclos eleitorais induzidos pela ausência de uma capacidade de observação adequada dos eleitores para identificar as manipulações orçamentais oportunistas.

Assim, a literatura existente tem procurado analisar de que forma o desempenho da economia é influenciado pelos agentes e instituições políticos, nomeadamente pela ideologia dos governantes e pelo desejo de reeleição.

A nível internacional existe uma extensa literatura sobre este tema, em que a grande maioria se debruça sobre o poder central, essencialmente a nível dos agregados económicos (taxa de inflação, crescimento e desemprego nacionais) e na sua relação com os órgãos de soberania política.

Com este propósito, foi analisada a existência de Ciclos Político Económicos no Poder Local. Para além disto, em Portugal, o número de trabalhos científicos realizados neste âmbito de estudo é extremamente escasso, cabendo então a este trabalho contribuir para o avanço do conhecimento nesta área.

Para testar a existência destes ciclos, foram criados os Modelos Oportunistas e os Modelos Partidários. Numa primeira fase, desenvolvidos tendo em conta as expetativas adaptativas e, numa segunda fase, tendo em conta as expetativas racionais.

Os Modelos Oportunistas demonstraram que o principal objetivo para manipulação da economia, por parte dos governantes, é o desejo de reeleição. Os Modelos Partidários demonstraram que o partido político que estiver no poder tenta implementar políticas com o objetivo de beneficiar o grupo de eleitores que os apoiam.

A introdução das expectativas racionais veio incorporar nestes modelos a assimetria de informação. No lado dos modelos oportunistas, o comportamento dos eleitores adquiriu um papel fundamental na tomada de decisões dos governantes. No lado dos modelos partidários, esta incorporação torna impossível aos eleitores tirar conclusões antecipadas sobre os resultados eleitorais, uma vez que foram criadas várias expectativas com base numa possível vitória do partido da oposição.

O presente estudo visa contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento dos órgãos executivos e políticos, locais e centrais e procura determinar o impacto da influência de fatores políticos nas finanças dos municípios de Portugal Continental. Pretende-se verificar se existe evidência de que os políticos locais manipulam as despesas públicas perto das eleições de forma a sinalizarem um maior nível de competência junto ao eleitorado (melhorando os resultados da economia local, aumentando a popularidade e ganhando assim as eleições) e pretende-se também verificar se a ideologia dos autarcas influencia o tipo de despesas realizadas em relação aos municípios de esquerda e de direita.

Na medida em que os ciclos eleitorais geram ineficiências na alocação dos recursos económicos, o comprovar da sua existência nos Municípios Portugueses sugere a adoção de medidas que diminuam o poder discricionário dos autarcas.

O presente trabalho encontra-se estruturado em 5 Capítulos. Após a introdução, no capítulo 2 comecei por analisar, de forma cronológica, toda a literatura internacional existente, caracterizando primeiro o poder central e de seguida o poder numa perspetiva local.

No capítulo 3 fiz a caracterização do sistema político português ao nível do poder local, onde mostrarei como este funciona e por que regras se rege.

No capítulo 4 é apresentada a aplicação empírica do modelo dos ciclos políticos económicos. Em primeiro lugar aplicado aos 278 municípios de Portugal continental e

numa segunda fase aos municípios pertencentes ao NUTSIII – sub-região Dão-Lafões, desde 1997 até 2009. Para complementar a conclusão empírica utilizarei uma análise gráfica. Por fim, no último capítulo, apresento as conclusões gerais.

2 – Revisão de Literatura

2.1 – Ciclos Político Económicos

Segundo Kalecki (1943), os governantes estão sujeitos a pressões por parte da classe empresarial para manterem a chamada “disciplina da força de trabalho”, através do receio do desemprego. Se, por um lado, os governantes podem obter um considerável apoio ao aliviar os piores efeitos de uma recessão através de políticas contra o desemprego, a classe empresarial opor-se-ia a uma tal participação.

Em consequência, os governantes são, então, pressionados a “moldar” o ciclo económico. Kalecki (1943) chama a estes ciclos de *Ciclos Político Económicos*.

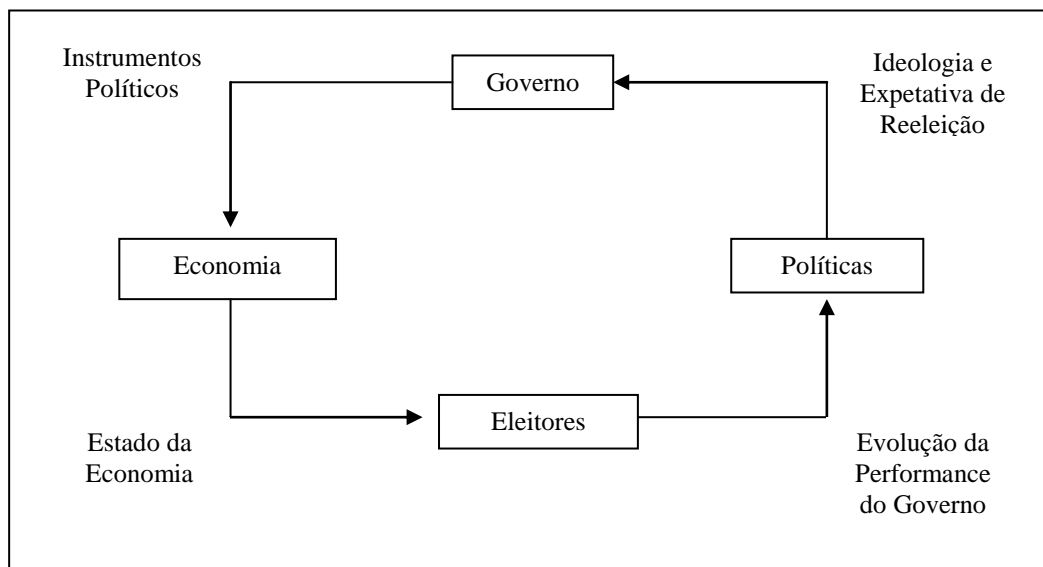
Coelho (2004) refere na revisão de literatura acerca das teorias inspiradoras que estiveram na origem da criação de modelos dos ciclos políticos e económicos, as teorias de Marx (1867), Keynes (1936) e Schumpeter (1939) como tendo contribuído de forma indireta para esta temática.

- Marx, em “Das Capital”, utilizando os seus ideais marxistas baseados na luta contínua entre a classe trabalhadora e a classe capitalista que ditava a distribuição do rendimento, mostrou que o excesso da classe capitalista sobre a força de trabalho gerava ciclos de depressão e de expansão na economia.
- Keynes, na sua obra “*The General Theory of Employment, Interest and Money*” demonstrou que o governo é capaz de manipular a economia utilizando políticas monetárias e orçamentais e demonstrou que existe uma elite governamental que domina os restantes agentes, mantendo as suas políticas até maximizar as suas funções de Utilidade.
- Schumpeter reconheceu que a natureza política está subjacente a flutuações económicas.

Embora estes três autores não se tenham debruçado diretamente sobre o tema dos Ciclos Políticos Económicos, eles foram cruciais à inspiração da literatura seminal nesta área de investigação.

Frey e Schneider (1988) elaboraram um esquema simplificado dos modelos do sistema política e económico, representado na figura 1:

Figura 1 – Interação entre a Economia e a Política



Fonte: Coelho (2004:5) com base em Frey e Schneider (1988)

De acordo com a figura 1, observa-se a interdependência que a economia e a política podem causar nas decisões de voto dos eleitores e como os governantes podem influenciar as perspectivas de reeleição alterando o estado da economia.

O estado da economia (representado através de indicadores económicos como a taxa de desemprego, a taxa de inflação ou o Produto Interno Bruto (PIB)) influencia a opinião dos votantes acerca da performance do governo. Assim, com más (boas) condições económicas os eleitores ficam menos (mais) satisfeitos com os governantes, considerando-os responsáveis pela situação económica.

Na esfera política, as características do sistema político económico mostram o quanto os Governos dependem dos interesses dos votantes e quanto os Governos esperam por uma mudança na sua perspectiva de reeleição.

Foi no seguimento destes pressupostos ancestrais que se criaram modelos para testar a existência destes Ciclos Político Económicos. Assim, o quadro 1 sintetiza a literatura seminal nesta área:

Quadro 1 – Evolução da Literatura dos Ciclos Político Económicos

		Comportamento	
		Políticos Oportunistas	Políticos Ideológicos
Formulação das Expetativas	Adaptativas	<ul style="list-style-type: none"> • Modelos Oportunistas - Kalecki (1943) - Downs (1957) - Wright (1974) - Nordhaus (1975) - Tufte (1975) - Lindbeck (1976) - MacRae (1977) 	<ul style="list-style-type: none"> • Modelos Partidários - Frey e Lau (1968) - Hibbs (1977,1982)
	Racionais	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo Oportunista Racional - Cukierman e Meltzer (1986) - Rogoff e Sibert (1988) - Rogoff (1990) - Preson e Tabellini (1990) - Alesina e Cukierman (1990) - Harrington (1993) 	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo Partidário Racional - Chappel e Keech (1986) - Alesina (1987, 1988, 1989) - Alesina e Sachs (1988) - Alesina e Roubini (1992)

Fonte: elaboração própria baseada em Martins (2002) Coelho (2004).

Os modelos com expetativas adaptativas englobam os modelos oportunistas e os modelos partidários. Os subcapítulos seguintes descrevem cada especificação.

2.2 - Modelos Oportunistas

O modelo oportunista foi elaborado inicialmente por Downs (1957), inspirado em Kalecki (1943) com o pressuposto básico da existência de um sistema democrático onde estavam presentes os partidos incumbentes, os partidos da oposição e os eleitores. Este modelo tentou estruturar o comportamento dos agentes aplicando-lhes as mesmas regras do comportamento racional imposto às empresas e aos consumidores.

O principal objetivo político dos partidos é ganhar as eleições. Portanto, para tal, necessitam de maximizar os seus votos. Downs (1957) constatou que, com esse propósito, o governo incumbente manipula a economia através de medidas políticas, sem coagir os preceitos constitucionais.

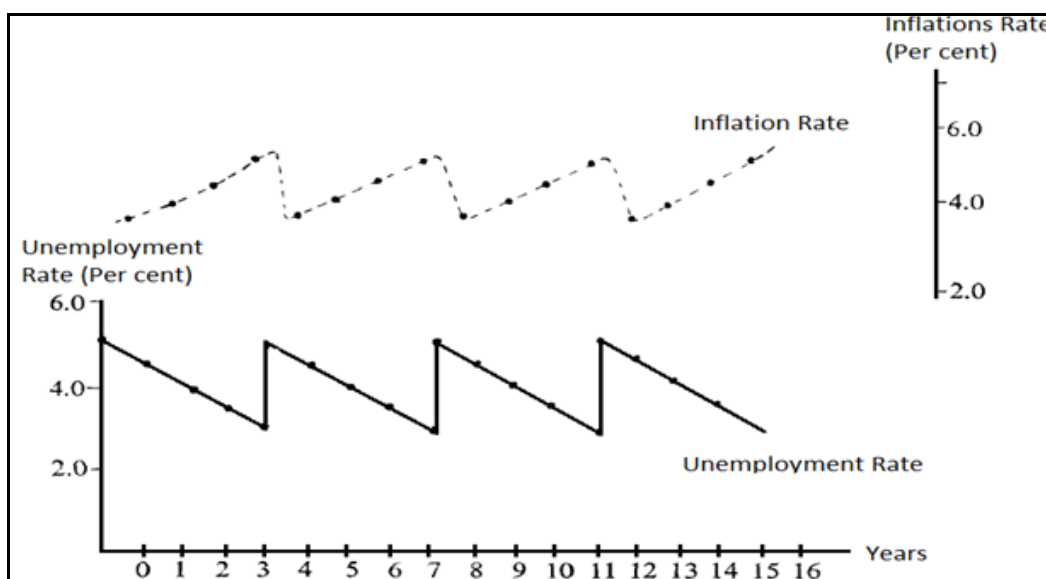
Em 1975, Nordhaus, seguindo a mesma direção, desenvolveu um modelo oportunista onde mostrou que o principal objetivo dos partidos incumbentes é a sua manutenção no poder. Este analisou variáveis macroeconómicas (desemprego e inflação) em nove países, debruçando-se no *trade-off* da Curva de Phillips.

Neste modelo, os resultados eleitorais foram fortemente influenciados pelos resultados económicos. Portanto, o partido que detinha o poder utilizou políticas económicas de curto prazo de maneira a que os seus efeitos favorecessem o seu objetivo de maximização de votos.

Nesta perspetiva, ao aproximar-se o ano das eleições, o governo adotou políticas que visaram agradar as preferências do eleitorado, aumentando, na véspera do período eleitoral, as políticas que estimulavam o crescimento económico e que diminuían os níveis de desemprego. Uma vez que o eleitor escolhe, com base em informações passadas, o Governo que lhe trará mais benefícios, Nordhaus (1975) descreve que existe uma “miopia política” onde as informações usadas para essa escolha são as mais recentes.

Na figura 2, Nordhaus (1975) expressou perfeitamente um ciclo político económico baseado nas taxas de inflação e de desemprego. Mostrou que em três anos o desemprego diminui gradualmente até níveis bastante baixos, o que fez com que a taxa inflação subisse. No terceiro ano o desemprego teve de aumentar bruscamente para combater os elevados níveis de inflação. Ou seja, o período de queda de taxa de desemprego é o período pré-eleitoral. O momento do crescimento do desemprego é o ponto final que marca o final das eleições.

Figura 2 – Taxa de Inflação e Taxa de Desemprego



Fonte: Nordhaus (1975: 185)

Utilizando as premissas do voto retrospectivo e da maximização do voto, Nordhaus (1975) desenvolveu um modelo que permitiu encontrar evidência para a existência de ciclos políticos.

Nordhaus (1975), conseguiu assim prever um comportamento cíclico nas variáveis macroeconômicas. Concluiu que, no período entre 1947 e 1972, nos EUA (que estavam sobre o programa administrativo de Nixon) o desemprego subiu abruptamente de 3,4% em 1968 para 6% em 1970, voltando ao normal para 4,5 em 1972 (o ano das eleições).

Embora os resultados tivessem sido bastante plausíveis, o modelo de Nordhaus (1975) foi bastante criticado por não ter considerado a existência da influência das ideologias partidárias nas ações do Governo e considerar o comportamento do eleitorado influenciado apenas pelo passado recente.

Mais tarde, estas falhas foram ultrapassadas por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990).

Rogoff e Sibert (1988) reformularam o modelo oportunista original substituindo as expectativas adaptativas por expectativas racionais, incorporando assimetria de informação. Passaram assim a dar mais importância ao nível de competência do governo no fornecimento de serviços públicos. Ou seja, os seus pressupostos seguiram a ideia de que os eleitores procuram escolher um Governo que maximize a sua utilidade futura esperada mas, desconhecendo (no momento da votação) o nível de competência do Governo.

Este, por sua vez, conhece o seu próprio nível de competência e sinaliza, antes das eleições o quão bom é o trabalho que está a realizar de forma a atrair o máximo de eleitorado, criando assim um ciclo político macroeconómico na inflação e no desemprego (utilizando instrumentos políticos orçamentais).

Rogoff (1990) apresenta uma nova extensão para o modelo e utiliza outras variáveis para a análise das competências do governo, nomeadamente o aumento dos gastos públicos nos setores cruciais para a sociedade. Este aumento representa um choque claramente perspetivo e fortemente assimilado pelos eleitores conseguindo alterar de uma forma direta o eleitorado. Ou seja, um governante que marque inaugurações de grandes

obras públicas para a alturas de pré-eleições está a tentar sinalizar as suas competências administrativas.

Embora se tenha criado esta nova visão, nos modelos oportunistas, os eleitores preocupam-se apenas com os resultados eleitorais e não com as políticas adotadas.

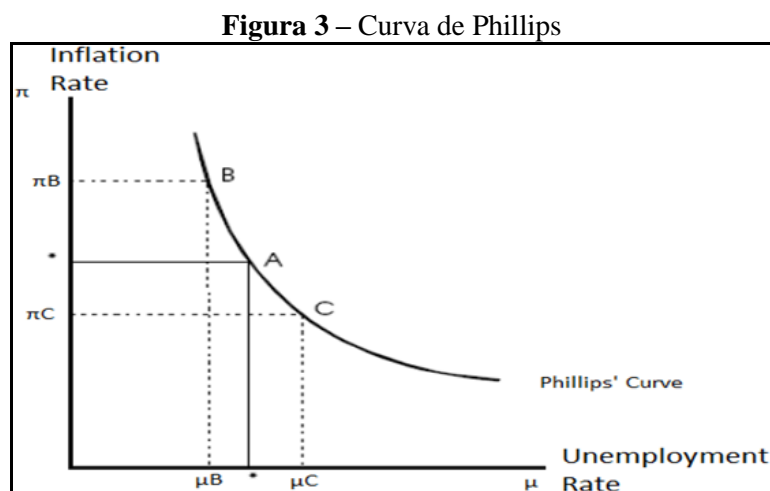
2.3 – Modelos Partidários

A contrariar estas ideologias oportunistas destacou-se Hibbs (1977), declarando que a ideia de que todos os eleitores são idênticos é falaciosa e que os Governos agem simplesmente pelos seus ideais oportunistas. Criou assim um modelo onde representou uma relação de causalidade entre as decisões dos políticos e os ciclos económicos.

Hibbs (1977) analisou o padrão das políticas macroeconómicas de 12 países (incluindo os EUA e a Inglaterra). Utilizando a Curva de Phillips, tal como Nordhaus (1975), Hibbs (1977) observou que em períodos onde o mercado de trabalho se aproxima do pleno emprego e onde existe um elevado período inflacionista há uma maior igualdade na distribuição nos rendimentos. Contudo, as conjunturas com níveis de inflação mais baixas e desemprego mais elevado estão relacionadas com as classes de rendimentos mais elevados.

Assim, cada partido político tentará implementar as políticas com o principal objetivo: beneficiar o grupo de eleitores que o apoia.

A figura 3 demonstra de uma forma simples esta ideia.



Fonte: Elaboração própria com base em Martins (2002) e Hibbs (1977)

De um lado, os partidos de Direita (ligados às classes mais ricas) têm maior aversão à inflação e tendem a deslocar-se para a direita na Curva de Phillips, baixando assim a taxa de inflação mas aumentando a taxa de desemprego – Ponto C.

Por outro lado, os partidos da Esquerda (ligados às classes mais pobres) têm mais preocupações com o nível de desemprego tendendo assim para o lado esquerdo da Curva de Phillips. O nível de desemprego baixa mas a taxa de inflação sobe – Ponto B.

Os resultados assim o demonstraram: nos EUA, um Governo do partido Democrata dá prioridade a metas de combate ao desemprego, enquanto um Governo do partido Republicano dá prioridade ao combate à inflação. O mesmo se passou em Inglaterra com Governos do partido Trabalhista e Conservador respetivamente.

Como pressupostos principais do modelo de Hibbs (1977) temos que:

- Os políticos possuem ideais políticos distintos: partidos de esquerda escolhem políticas de combate ao desemprego, aumentando assim a inflação, enquanto partidos de direita escolhem políticas de combate à inflação aumentando assim o desemprego;
- Os eleitores são heterogéneos e apresentam várias preferências quanto ao nível ótimo da inflação, do desemprego e do crescimento. Estes são retrospectivos e míopes, não se preocupando com os eventos passados e possuem expectativas mais estáticas.

Tal como no modelo oportunista original, Hibbs (1977) considera que os eleitores têm em consideração apenas os comportamentos presente e passado recente do Governo (como explicado no pressuposto anterior). Esta limitação é tida em conta e superada nos modelos onde se incorporam as expectativas racionais.

Alesina (1987, 1988) foi um dos maiores responsáveis pela incorporação das expectativas racionais nos modelos partidários. Nesta nova perspetiva, as eleições são consideradas como fonte de incertezas sobre o futuro. Ou seja, embora exista um certo nível de conhecimento sobre as políticas que de fato serão escolhidas, será sempre uma surpresa para os eleitores ao verem os resultados eleitorais, pois foram criadas várias expectativas com base numa possível vitória do partido contrário.

Alesina e Sachs (1988) testaram a hipótese da existência de ciclos políticos partidários com expectativas racionais para dados dos EUA no período de 1945 a 1984. Conseguiram desta forma encontrar evidência empírica que confirmasse a hipótese, destacando a existência de diferenças entre os objetivos de cada partido.

Contudo, as diferenças não foram muito claras nos períodos no início de mandatos, existindo um período onde predominou uma certa neutralidade política (ambos os governos se comportavam de forma semelhante).

Em 1992, Alesina e Roubini avançaram com uma nova hipótese da existência de ciclos políticos em 18 países da Europa. Rejeitaram a hipótese do oportunismo eleitoral de Nordhaus (1975); verificaram a existência da hipótese desenvolvida por Rogoff e Sibert (1990) e comprovaram a existência de um enviesamento político nas escolhas das políticas económicas, contrariando o modelo de Alesina (1987) e corroborando os resultados de Alesina e Sach (1988).

Alesina e Sach (1988) afirmaram ainda que mesmo um governo com ideias partidárias definidas prefere permanecer no poder do que ficar fora dele, levando a um possível comportamento oportunista em períodos eleitorais.

Em Portugal, os Ciclos Político Económicos foram testados por: Costa-Gomes e Tavares (1999), Agria (1994) e Martins (2002). O quadro 2 mostra resumidamente as suas conclusões.

Quadro 2 – Estudos sobre Ciclos Político Económicos em Portugal

Autores	Objeto do Estudo	Conclusões
Costa-Gomes e Tavares (1999)	Estudaram a relação entre a instabilidade política e os ciclos económicos no período marcado pelo final da Monarquia (1895 a 1910) e no período da 1ª República (1910 a 1926)	<ul style="list-style-type: none"> • A instabilidade política causou instabilidade monetária e orçamental; • A instabilidade monetária causou instabilidade política
Agria (1994)	Testou os modelos partidários e oportunista no investimento público na construção civil entre 1974 e 1992.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do investimento público na construção civil nos períodos pré-eleitorais e diminuição do mesmo após o período eleitoral; • Rejeitou a hipótese do modelo partidário pois estes aumentos e diminuições se verificaram independentemente do perfil ideológico dos Governos.
Martins (2002)	Testou os modelos partidários e oportunista entre o primeiro trimestre de 1977 e o segundo de 2000.	<ul style="list-style-type: none"> • Rejeitou a hipótese de efeitos partidários nas séries analisadas; • Encontrou evidência empírica de efeitos oportunistas na taxa de desemprego e no agregado monetário L1.

Fonte: Elaboração própria com base em Coelho (2004)

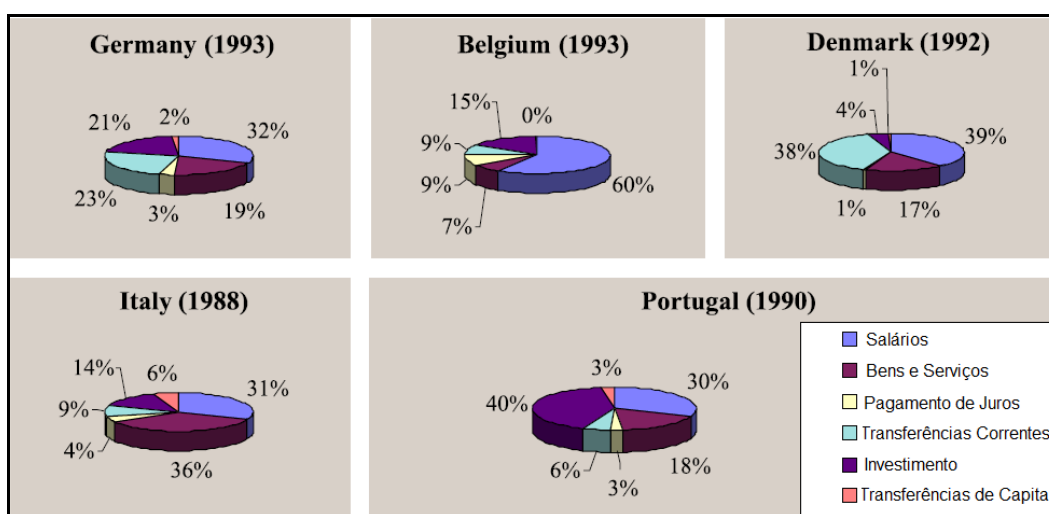
2.4 – O Poder Local

Os Ciclos Políticos Económicos analisados anteriormente foram testados sobre uma base governamental focada no Poder Central. Torna-se, então, relevante analisar o Poder Local. O Poder Local baseia-se na existência de uma comunidade local. O poder pode ser aí constituído diretamente a partir da própria comunidade sem mediação dos agentes políticos de âmbito nacional. Contudo, integra-se institucional, política e socialmente no sistema político nacional.

O Autarca¹¹ comporta competências executivas e financeiras, dotando-o de capacidades próprias de produção de fontes de recursos financeiros, podendo controlar assim a maior parte das atividades de dinamização e de controlo da Câmara Municipal.

Podemos então indagar acerca das perspetivas da existência de Ciclos Políticos Económicos ao nível do governo local (em particular), dada a tendência para a descentralização fiscal ao longo das últimas duas décadas, (Yilmaz, 2001 e Ter-Minassian, 1997). As autoridades locais têm um papel fulcral na alocação das políticas fiscais. A provisão de bens públicos locais é a sua principal atividade económica. No entanto, são abundantes as diferenças entre países quando se trata da distribuição económica de despesas.

Figura 4 – Despesa Pública Local para cinco países da União Europeia



Fonte: Baleiras e Costa (2001: 656)

¹ Autarca: Um autarca português é o chefe do executivo de cada um dos concelhos de Portugal. Torna-se presidente da câmara, o cabeça da lista mais votado para a câmara municipal nas eleições autárquicas.

A figura 4 mostra a distribuição das despesas municipais de 5 países da União Europeia (Baleiras e Costa, 2001): Alemanha (1993), Bélgica (1993), Dinamarca (1992), Itália (1988) e Portugal (1990). Embora existam países como a Alemanha onde as despesas são um pouco equilibradas, há rubricas que demonstram grandes concentrações de despesas. É o caso da Bélgica onde 60% das despesas locais se concentram nas despesas salariais. Na Dinamarca, as transferências correntes representam 38% das despesas totais, refletindo o envolvimento típico dos autarcas escandinavos nos programas de bem-estar. Na Itália, as despesas concentram-se nos bens e serviços públicos com uma percentagem de 36% das despesas totais. Em Portugal, é a rubrica de investimento que tem mais peso nas despesas totais.

Tiebout (1956), baseado na questão do poder local das autarquias, comparou o desempenho dos autarcas tentando avaliar o desempenho individual de cada município. No seu trabalho afirmou que o incumbente, sabendo quais as preferências reveladas da população, estará sempre disposto a oferecer a quantidade ideal de bens públicos de um determinado município.

Através desta relação, a previsão dos gastos em bens públicos é financiada pelos impostos e pelos seus eleitores (residentes). Terão assim de revelar menores incentivos à preferência por gastos públicos com o objetivo de pagar menos impostos.

Esta analogia realça a disputa entre municípios tentando cada um atingir o objetivo de oferecer a maior quantidade de bens públicos com o menor nível de impostos. Desta forma, os eleitores poderão escolher a localidade mais adequada às suas preferências.

Rogoff (1990) iniciou um novo ciclo temático e testou-o em 10 cidades Israelitas, no período entre 1964 e 1982. No ponto de vista de Rogoff (1990), seria mais fácil aos governantes manipularem os instrumentos da política orçamental do que manipularem agregados macroeconómicos. Assim, conseguiu coletar uma quantidade elevada de dados nomeadamente de impostos e gastos dos governos locais.

Após a sua análise concluiu que, em períodos de eleições, as despesas no poder local desviavam de forma significativa cerca de 20% dos seus valores normais. Portanto, o aumento dos gastos públicos por parte das autarquias locais representa um choque de competências claramente perceptível aos olhos dos eleitores.

Blais e Nadeau (1992) seguiram a sugestão ideológica de Rogoff (1990) e testaram a existência de ciclos políticos nos gastos de 10 províncias Canadianas entre os anos de 1951 e 1984. Segundo estes autores, o resultado do desempenho de uma economia advém de uma infinidade de decisões tomadas por parte dos agentes económicos: consumidores, trabalhadores, produtores e governos nacionais e locais. Assim, o aumentando das despesas antes das eleições terá um impacto mais simples, mas bem mais eficaz numa perspetiva de reeleição do que utilizando políticas fiscais e monetárias.

Após a sua análise, Blais e Nedeau (1992) concluíram que aqueles Governos regionais apresentavam comportamentos ideológicos e oportunistas em simultâneo. Ou seja, Governos de direita efetuam menores despesas e ambos os tipos de governo aumentam as despesas em anos eleitorais.

Não só estes autores se basearam nestes pressupostos. Os quadros 3 e 4 mostram de uma forma resumida os trabalhos que se seguiram.

Quadro 3 – Evolução dos Estudos internacionais sobre Ciclos Político Económicos no Poder Local

Autores	Modelo	Variáveis consideradas	Descrição do estudo	Principais Conclusões
Alt e Lowry (1994)	• Modelo de política orçamental	<ul style="list-style-type: none"> • Receitas totais; • Despesas totais; • Contribuições federais; • Rendimento pessoal; • Desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo realizado aos Estados Norte Americanos. 	<p>Demonstraram que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A definição de Orçamento depende do grau de coesão dos Governos, das instituições e da ideologia do partido incumbente; • O Partido Democrático apresenta um nível de despesa superior ao Partido Republicano; • Os Governos estaduais reagem mais rápido a choques quando têm de seguir regras orçamentais.
Ibrahim (1994)	• Modelo ANOVA	<ul style="list-style-type: none"> • Gastos dos três grupos de autoridades locais: <i>Labour</i>, <i>Conservative</i> e 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo realizado aos Governos Regionais do Reino Unido 	<ul style="list-style-type: none"> • Concluiu que os Governos Regionais de esquerda gastam mais do que os Governos de direita.

		<i>Non-Majority.</i>		
Seitz (2000)	• Modelo OLS	<ul style="list-style-type: none"> • Gastos e despesas como variáveis políticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo realizado aos Governos subnacionais da Alemanha 	<ul style="list-style-type: none"> • Concluiu que as variações nas despesas são justificadas pelas diferenças no desempenho económico de cada região devido às diferenças ideológicas dos seus Governos.
Allers, De Haan e Sterks (2001)	• Modelo de dados em Painel	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de bens públicos; • Consumo privado; • Desemprego; • Variáveis políticas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo realizado aos Municípios Holandeses. 	<p>Demonstraram que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Municípios liderados por Governos de esquerda apresentam uma maior carga fiscal; • Governos de coligação apresentam uma menor carga fiscal.
Galli e Rossi (2002)	• Modelo de dados em Painel (modelo de efeitos fixos)	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas totais; • Saldo Orçamental; • Despesas administrativa; • Bem-estar; • Educação; • Benefício da segurança social; • Estradas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo realizado aos Governos subnacionais da Alemanha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não encontraram evidência de ciclos ideológicos nas despesas totais; • Encontraram evidência favorável aos ciclos oportunistas, pois observaram que as despesas e os défices orçamentais foram inferiores em anos não eleitorais.
Pettersson-Lidbom (2001, 2003)	• Modelo de dados em painel	<ul style="list-style-type: none"> • Despesas totais; • Taxa de impostos; • Variáveis de controlo: %pop<15anos; %pop>65anos; rendimento; densidade populacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo realizado aos Governos locais da Suécia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstraram que Governos de direita acumulam mais dívida quando se deparam com uma maior probabilidade de derrota eleitoral; • Provaram a existência de ciclos eleitorais significativos quer nas despesas quer nos impostos.

Fonte: Elaboração própria com base em Coelho (2004)

Quadro 4 – Evolução sobre Ciclos Político Económicos no Poder Local em Portugal

Autores	Modelo	Variáveis	Descrição do Estudo	Conclusões
Marta (2000)	<ul style="list-style-type: none"> Modelo Dados em Painel 	<ul style="list-style-type: none"> Despesas Municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Testou os modelos partidário e oportunista em 24 municípios portugueses entre os anos de 1977 e 1997. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de evidência de um ciclo político nas despesas de capital; Não existe evidência favorável de ciclos partidários nas despesas de capital.
Baleiras e Costa (2001)	<ul style="list-style-type: none"> Modelo FGLS (<i>feasible generalised least-squares</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> Váriáveis binárias: Se as eleições são realizadas no final do período corrente ou não caso contrário; se o incumbente tem mais de 50% dos votos; Se os incumbentes se recandidatam ou não. 	<ul style="list-style-type: none"> Testou os modelos partidário e oportunista em 30 municípios portugueses entre os anos de 1977 e 1993. 	<ul style="list-style-type: none"> Despesas de investimento reais per capita são foram superiores nos períodos pré-eleitorais comparando com os períodos pós-eleitorais.
Veiga e Coelho (2001)	<ul style="list-style-type: none"> Dados em Painel, GMM 	<ul style="list-style-type: none"> Despesas Municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Testaram os modelos partidários e oportunistas em 84 municípios portugueses pertencentes a NUTs II do Norte do país. 	<ul style="list-style-type: none"> Encontraram evidência de ocorrência de ciclos oportunistas nas despesas de capital.
Veiga e Veiga (2004)	<ul style="list-style-type: none"> Dados em Painel, GMM 	<ul style="list-style-type: none"> Despesas Municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Testaram a existência dos Ciclo Político Económicos em 278 municípios Portugueses entre 1979 e 2000. 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de ciclos oportunistas principalmente nas despesas de investimentos “Viadutos, arruamentos e obras complementares” e “Viação rural”.

Fonte: Elaboração própria com base em Coelho (2004)

3 – Metodologia e Dados Utilizados

3.1 – Modelo Econométrico e Dados Utilizados

O presente trabalho, para o estudo da evidência empírica, aplica a metodologia seguida por Veiga e Veiga (2004) e completa-a com uma análise gráfica que mostrará a evolução dos Saldos Orçamentais das 278 Autarquias desde 1997 a 2009.

Este trabalho procura determinar o impacto da influência de fatores políticos nas finanças dos municípios de Portugal Continental. Pretende-se verificar se existe evidência de que os políticos locais manipulam as despesas públicas perto das eleições de forma a sinalizarem um maior nível de competência junto ao eleitorado (melhorando os resultados da economia local, aumentando a popularidade e ganhando assim as eleições) e pretende-se também verificar se a ideologia dos autarcas influencia o tipo de despesas realizadas em relação aos municípios de esquerda e de direita.

Os dados sobre as finanças municipais foram fornecidos pela Direção Geral de Autarquias Locais (DGAL) através das publicações anuais de Finanças Municipais. Os dados referentes à percentagem de população e à densidade populacional por municípios foram recolhidos do Anuário Estatístico Regional do Instituto Nacional de Estatística (INE), para dados de 1999 a 2009. Para obter os dados dos resultados históricos das eleições autárquicas recorri à base de dados *Sales Index da Marktest*.

O modelo utilizado para calcular o Saldo Orçamental (Saldo), baseado em Coelho (2004) e Veiga e Veiga (2004), é:

$$\text{Saldo} = [\text{Rcorr} + (\text{Rcap} - \text{Raf} - \text{Rpf})] - [\text{Dcorr} + (\text{Dcap} - \text{Daf} - \text{Dpf})] \quad (1)$$

Onde as variáveis têm o seguinte significado:

- **Rcorr:** receitas correntes;
- **Rcap:** receitas de capital;
- **Raf:** receitas em ativos financeiros;
- **Rpf:** receitas em passivos financeiros;
- **Dcorr:** despesas correntes;
- **Dcap:** despesas de capital;
- **Daf:** despesas em ativos financeiros;
- **Dpf:** despesas em passivos financeiros.

Valores positivos do Saldo correspondem a superávits e valores negativos a défices.

Tendo em conta que os autarcas têm pouco poder de controlo sobre as receitas que recebem, é previsível que a rúbrica das despesas esteja mais sujeita a manipulações com intuítos políticos.

Este trabalho está dividido em duas secções empíricas, uma primeira secção analisa os 278 municípios de Portugal continental e uma segunda secção que abrange apenas os 14 municípios pertencentes à sub-região Dão-Lafões para os anos de 1997 a 2009².

A sub-região Dão-Lafões pertence ao chamado NUTS III (unidade de Nível III) onde parte dos municípios pertence à região Centro e maioritariamente ao distrito de Viseu (embora também inclua um conselho do distrito da Guarda). É limitada a norte com o Tâmega e o Douro; a leste com a Beira Interior Norte e com a Serra da Estrela; a sul com a Pinhal Interior Norte e com o Baixo Mondego e a Oeste com o Baixo Vouga e o Entre Douro e Vouga. Os municípios pela qual é formada esta sub-região são:

- Aguiar da Beira;
- Carregal do Sal;
- Castro Daire;
- Mangualde;
- Nelas;
- Oliveira de Frades;
- Penalva do Castelo;
- Santa Comba Dão;
- São Pedro do Sul;
- Sátão;
- Tondela;
- Vila Nova de Paiva;
- Viseu (cidade capital de distrito);
- Vouzela.

Irei estimar um modelo que tem como variáveis dependentes as despesas totais (per capita) dos municípios, $DTotais_{i,t}$. Como os autarcas têm pouco domínio sobre despesas correntes (pois estão fortemente condicionadas pela massa salarial) é nas despesas de capital que devem estar mais visíveis as evidências de ciclos político-económicos e dentro

² Foram utilizados os dados só até ao ano de 2009 devido à Direção Geral de Autarquias Locais apenas ter fornecido dados sobre as Finanças Locais até esta data.

destas as despesas de investimento, $Investimento_{i,t}$ (todas elas expressas em valores reais, per capita de forma a ser possível a comparação de dados ao longo do tempo e entre municípios de diferentes dimensões).

Como variáveis explicativas considere:

- Valores desfasados da variável dependente de forma a ter em conta a componente autorregressiva da série temporal ($Saldo_{i,t}$, $DTotais_{i,t}$, $Transfcap_{i,t}$, $Dcap_{i,t}$ e $Investimento_{i,t}$);
- Transferências ($Transferências_{i,t}$) totais que o município i recebe durante o ano t . Antevê-se que tenha uma forte influência nas despesas totais ($DTotais_{i,t}$);
- Transferências de Capital ($Transfcap_{i,t}$) per capita que cada município i recebe durante o ano t , utilizadas nas equações das despesas de capital ($Dcap_{i,t}$) e investimento ($Investimento_{i,t}$). Prevê-se que quanto maior as transferências maiores as despesas pois elas refletem a evolução da realidade económica do país;
- Ano de Eleição ($ano_de_eleicao_{i,t}$) é uma variável binária que, tal como Alesina, Cohen e Roubini (1997) definiram, assume o valor de um em anos de eleições autárquicas e o valor de zero caso contrário. Esta variável testa as hipóteses de os défices orçamentais e as despesas municipais serem maiores em anos eleitorais. É esperado então um sinal negativo para esta variável na equação $Saldo_{i,t}$ e sinal positivo nas equações para $Dtotais_{i,t}$, $Dcap_{i,t}$ e $Investimento_{i,t}$;
- Direita ($Direita_{i,t}$) é uma variável binária que é igual a 1 quando o presidente da Câmara do município i é de um partido de direita (PPD/PSD ou CDS/PP) e 0 quando pertence a um partido de esquerda (PS, PCP/CDU ou BE). Testa-se assim a existência de ciclos ideológicos nos saldos e nas despesas;
- Quatro variáveis de controlo que podem influenciar as despesas per capita dos municípios:
 - %POP<15 – percentagem da população com menos de 15 anos;
 - %POP>65 – percentagem da população com mais de 65 anos;
 - Denspop – densidade populacional;
 - Litoral – Variável aleatória que toma valor de um para os municípios que pertencem a distritos do litoral e valor de zero para os restantes.

Os quadros 5 e 6 mostram a estatística descritiva para os 278 Municípios de Portugal Continental e para os 14 Municípios da sub-região Dão-Lafões.

Quadro 5 – Estatística Descritiva para os 278 Municípios

Estatística Descritiva para os 278 Município						
Variáveis	Nº Observações	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
Saldo	3613	-21,106	-9,936	1024,319	-1288,603	105,446
Despesas Totais	3613	819,344	699,386	15838,350	0,000	688,567
Despesas de Capital	3613	370,993	308,941	5597,067	0,000	289,983
Transferências Totais	3613	133,060	66,422	2742,061	0,000	235,955
Transferências de Capital	3613	34,280	25,073	1739,838	0,000	57,523
Investimento	3613	298,913	249,883	3130,732	0,000	218,361
Ano de Eleição	3614	0,308	0,000	1,000	0,000	0,462
Direita	3612	0,468	0,000	1,000	0,000	0,499
Litoral	3614	0,561	1,000	1,000	0,000	0,496
%pop>65	3614	0,216	0,210	0,408	0,098	0,060
%pop<15	3614	0,140	0,138	0,205	0,073	0,024
Densidade Populacional	3614	296,519	75,900	7279,400	5,750	815,893

Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos da DGAL e do INE.

Quadro 6 - Estatística Descritiva para os 14 municípios Dão-Lafões

Estatística Descritiva para os 14 municípios Dão-Lafões						
Variáveis	Nº de Observações	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
Saldo	182	-27,237	-15,978	269,437	-588,438	95,934
Despesas Totais	182	655,728	625,230	1495,057	275,835	222,488
Despesas de Capital	182	314,340	283,246	957,757	122,316	139,525
Transferências Totais	182	117,011	63,131	1472,617	13,639	193,954
Transferências de Capital	182	28,524	25,126	120,792	0,000	25,630
Investimento	182	258,467	237,058	916,180	56,848	139,071
Ano de Eleição	182	0,308	0,000	1,000	0,000	0,463
Direita	182	0,516	1,000	1,000	0,000	0,501
Litoral	182	0,418	0,000	1,000	0,000	0,495
%pop>65	182	0,212	0,204	0,392	0,100	0,065
%pop<15	182	0,142	0,142	0,196	0,078	0,024
Densidade Populacional	182	175,337	67,450	2687,900	5,750	368,359

Fonte: Elaboração própria através dos dados recolhidos da DGAL e do INE.

3.2 – Modelos Lineares de Dados em Painel

O método econométrico escolhido foi o método de Dados em Painel. O termo “dados em painel” é utilizado para designar base de dados constituída por variáveis que integram observações *time series* e *cross sections*. Como exemplos deste tipo de dados temos observações para um conjunto de indivíduos, empresas ou países ao longo do tempo. O vasto número de observações que daqui advêm aumenta o número de graus de liberdade e, conseqüentemente, melhora a eficiência das estimativas econométricas, levando a uma menor colineariedade entre variáveis. Outra vantagem deste tipo de modelo é a possibilidade de permitir o teste de hipótese de comportamento mais sofisticado assim como o estudo das fundações micro na análise de dados agregados. Embora a análise de dados agregados seja baseada na premissa do “agente representativo”, a existência de heterogeneidade individual pode pôr em causa a validade da análise agregada. (Gujarati, 2004; Fonseca, 2009).

Os modelos Lineares são os mais comuns para dados em painel. Modelizam a heterogeneidade não observada utilizando uma regressão linear simples, mas permitindo um *intercept* diferente para cada *unidade painel*. Segundo Wooldridge (2004:442), pode ser representado da seguinte forma:

$$Y_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 X_{i,t,1} + \dots + \beta_k X_{i,t,k} + \mu_{i,t} \quad (2)$$

Onde:

Y_{it} é o valor da variável dependente para a unidade seccional i no instante t , onde $k=1, \dots, n$ e $t=1, \dots, T$;

α_i é o termo independente;

$X_{i,t,k}$ é valor da $k^{\text{ésima}}$ variável explicativa para a unidade i no instante t , onde $k=1, \dots, K$ e os X_{itj} 's são não estocásticos;

$\mu_{i,t}$ é o termo de erro e obedece à hipótese clássica $\mu_{it} \sim N(0, \sigma^2)$.

O β é o vetor de coeficientes associado às variáveis explicativas, α_i é uma variável aleatória que captura a heterogeneidade não observada e μ_{it} é o termo de perturbação usual. Existem k variáveis explicativas indexadas por $k=1, \dots, K$ e um total de $n \times T$ observações, resultando em k estimadores mais o termo constante. Assim, quando $n=1$ e T for grande, temos uma sucessão cronológica. De igual forma, quando $T=1$ e n for grande, temos dados seccionais. Contudo, os métodos de estimação dados em painel referem-se aos casos em que $n>1$ e $T>1$.

O método econométrico de Dados em Painel apresenta vantagens e desvantagens, enunciadas no quadro 7.

Quadro 7 – Vantagens e desvantagens de modelos de Dados em Painel

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza um número maior de observações, assegurando assim as propriedades assintóticas de estimação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um enviesamento resultante da heterogeneidade entre os indivíduos.
<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta o número de graus de liberdade nas estimações, tornando as inferências estatísticas mais credíveis (testes t e F mais significativos e robustos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um enviesamento resultante da seletividade dos indivíduos que constituem a amostra.
<ul style="list-style-type: none"> • Reduz o risco de multicolineariedade, uma vez que os dados entre os indivíduos apresentam estruturas diferentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta o risco de se ter amostras incompletas ou com graves problemas de recolha de dados, bem como erros de medida.
<ul style="list-style-type: none"> • Dá acesso a uma maior informação, combinando a informação temporal (ao longo do tempo) com a informação entre indivíduos (unidades económicas diferentes). 	
<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta a eficiência e a estabilidade dos estimadores, aplicando métodos de estimação adequados e testes de hipóteses que permitem uma escolha segura entre estimações diferentes. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Permite introduzir ajustamentos dinâmicos, que no caso da análise cross-section não seriam possíveis. 	

Fonte: Elaboração pessoal com base em Gujarati (2004)

Dentro dos modelos de Dados em Painel, existem os modelos Balanceados e os Não Balanceados e os modelos Estáticos e os Dinâmicos. O quadro 8 e 9 descrevem sumariamente estes quatro tipos de modelos.

Quadro 8 – Painel Balanceado e não Balanceado

Painel Balanceado	Painel não Balanceado
<ul style="list-style-type: none"> Quando cada unidade cross-section tem o mesmo número de observações de séries de tempo, isto é, não existem missing values. Aqui existem $n \times T$ observações. 	<ul style="list-style-type: none"> Quando o número de observações difere entre os elementos do painel, isto é, existe missing values. O número de observações, em vez de ser $n \times T$ será: $\sum T_i = T_1 + \dots + T_n$, e $i=1, \dots, n$.

Fonte: Elaboração pessoal com base em Gujarati (2004)

Quadro 9 – Painel Estático e Dinâmico

Painel Estático	Painel Dinâmico
<ul style="list-style-type: none"> Segundo Andrade (2004:158), é um modelo do tipo: $Y_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 X_{i,t,1} + \dots + \beta_k X_{i,t,k} + \mu_{i,t}$, onde há n indivíduos e T períodos de tempo e pode ser estimado por Ordinary Least Square (OLS). 	<ul style="list-style-type: none"> Segundo Marques (2000:20) e Yaffee (2003:8), é um modelo do tipo: $Y_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 X_{i,t,1} + \dots + \beta_k X_{i,t,k} + \delta Y_{i,(t-1)} + \mu_{i,t}$, onde a variável dependente é desfasada e correlacionada com o distúrbio. A literatura sugere que seja estimado por General Methods of Moments (GMM) pois considera-se mais robusto relativamente às violações de heteroscedasticidade e normalidade.

Fonte: Elaboração pessoal com base em Gujarati (2004)

3.3 – Modelo de Efeitos Fixos

O modelo de efeitos fixos parte do pressuposto de que as diferenças ao longo das unidades podem ser capturadas no termo constante. Ou seja, os efeitos individuais resultam de um conjunto de fatores determinísticos, observáveis, específicos a cada indivíduo.

Repercutindo a heterogeneidade do comportamento dos indivíduos apenas no termo independente, os coeficientes β são idênticos para todos eles e o termo independente α_1 é específico a cada indivíduo i . É designado de *Least Squares Dummy Variable (LSDV)* o modelo que traduz estas diferenças entre indivíduos no termo constante, tornando α_1 um parâmetro desconhecido a ser estimado incorporando no modelo uma variável binária associada a cada indivíduo i .

A inclusão das variáveis binárias dependerá, segundo Gujarati(2004:640) da adoção de quatro pressupostos:

1. **Os declives dos coeficientes são constantes mas os termos constantes variam em relação às unidades seccionais.** O modelo deste tipo será:

$$Y_{i,t} = \alpha_1 + d_i\alpha_1 + \dots + d_n\alpha_n + \beta_1X_{i,t,1} + \dots + \beta_kX_{i,t,k} + e_{it} \quad (3)$$

a variável binária corresponde a cada cross-section, ou seja, $d_i=1$ se corresponder às cross-section em causa $i=2, \dots, n$ e $d_i=0$ caso contrário;

2. **Os declives dos coeficientes são constantes mas o termo independente difere em relação às unidades de tempo:** o modelo deste tipo será:

$$Y_{i,t} = \lambda_1 + \lambda_2Dum_2 + \dots + \lambda_TDum_T + \beta_1X_{i,t,1} + \dots + \beta_kX_{i,t,k} + e_{it} \quad (4)$$

onde cada variável binária corresponde a cada unidade de tempo. Ou seja, $Dum_t=1$ se corresponder à unidade de tempo em causa $t=2, \dots, T$ e $Dum_t=0$ caso contrário.

3. **Os declives dos coeficientes são constantes mas o termo independente difere em relação às unidades de tempo:** o modelo deste tipo será:

$$Y_{i,t} = \alpha_1 + d_i\alpha_1 + \dots + d_n\alpha_n + \lambda_1 + \lambda_2Dum_2 + \lambda_TDum_T + \dots + \beta_1X_{i,t,1} + \dots + \beta_kX_{i,t,k} + e_{it} \quad (5)$$

onde cada d_i corresponde a cada unidade cross section e cada Dum_t corresponde a cada unidade de tempo.

4. **Todos os coeficientes variam ao longo das seções onde se introduzem variáveis binárias de forma aditiva para capturar as diferenças no declive dos coeficientes.** O modelo deste tipo será:

$$Y_{i,t} = \alpha_1 + d_i\alpha_1 + \dots + d_n\alpha_n + \beta_1X_{i,t,1} + \dots + \beta_kX_{i,t,k} + \gamma_1d_2X_{i,t,1} + \dots + \gamma_kd_nX_{i,t,k} + \delta d_nX_{i,t,k} \quad (6)$$

onde se inclui a variável binária para cada *cross section* quer no termo independente quer para cada um dos declives dos coeficientes de cada uma das k

variáveis. (este modelo é poucas vezes usado em investigação empírica devido ao custo de graus de liberdade que tal não é justificado).

3.4 – Modelo de Efeitos Aleatórios

Ao contrário do caso dos efeitos fixos, podemos encontrar os efeitos individuais não observáveis e aleatoriamente distribuídos pelas unidades seccionais. Aqui, pode-se considerar os efeitos individuais como se se tratassem de termos de perturbação e passa-se a ter um modelo de efeitos aleatórios onde a heterogeneidade individual, aleatória e não observável é adicionada aos termos de perturbação.

Este modelo pode ser definido como:

$$Y_{i,t} = \alpha + \beta_1 X_{i,t,1} + \dots + \beta_k X_{i,t,k} + e_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (7)$$

onde há k regressores mais o termo constante e ε_i é um distúrbio aleatório caracterizado pela $i^{\text{ésima}}$ observação, sendo o tempo constante. As estimativas de α e β obtidas pelo Método dos Mínimos Quadrados Generalizados são consistentes e eficientes, e a inferência estatística é válida.

Segundo Gujarati (2004:647), o modelo das componentes do erro abrange duas componentes:

ε_i = componente de erro aleatório. É especificamente heterogéneo para uma unidade cross section, é constante sobre o tempo e deve ser ortogonal para os efeitos individuais (termo de erro da cross section);

$e_{i,t}$ = é um erro aleatório específico para uma observação em particular (componente de tempo específica).

Escrevendo o modelo das componentes do erro como $v_{i,t} = \varepsilon_i + e_{i,t}$, podemos reescrever a equação deste modelo da seguinte forma:

$$Y_{i,t} = \alpha + \beta_1 X_{i,t,1} + \dots + \beta_k X_{i,t,k} + v_{i,t} \quad (8)$$

A escolha entre efeitos fixos e aleatórios deve atender aos objetivos particulares de cada estudo, bem como à natureza dos dados. Segundo Jonhston & DiNardo (2001:424), a

diferença entre os modelos de efeitos fixos e aleatórios não está no facto de o efeito ser fixo ou não porque o modelo de efeitos fixos considera α_i como um termo constante para um grupo específico na dada regressão e está correlacionado com $X_{i,t,j}$. Contudo, o modelo de efeitos aleatórios especifica que α_i é um distúrbio específico de um grupo, não estando correlacionado por sua vez com $X_{i,t,j}$, semelhante a $e_{i,t}$ com a exceção de que para cada grupo, a extração que é feita é a mesma que se acrescenta em cada período.

Para que o investigador consiga diferenciar qual o melhor modelo a utilizar terá que recorrer ao Teste Hausman. Em 1978, Hausman desenvolveu um teste formal onde se questionou se existiria uma correlação entre os efeitos aleatórios específicos não observados e os regressores. Se não houver uma tal correlação então o modelo dos efeitos aleatórios será inconsistente e o modelo dos efeitos fixos será o modelo a escolher (Gujarati (2004:651)). Contudo, por outro lado, Andrade (2004:160) e Baltagi & Long (2007:1413) propõem a aplicação de um teste de Hausman para a hipótese nula de não correlação através de um teste do tipo Wald, com (k-1) graus de liberdade e uma distribuição assintótica quiquadrado. Rejeitando a hipótese nula significa que o modelo dos efeitos aleatórios não é adequado e o método dos efeitos fixos é o mais eficaz.

Neste trabalho irei trabalhar com modelos Dinâmicos.

As estimações de dados em painel dinâmico propostas por Arellano e Bond (1991), Arellano e Bover (1995) e Blindell-Bond (1998) são designadas para tratar de diversas questões:

Estimativas que contam com poucas unidades temporais e muitas observações individuais;

- Existência de variável dependente desfasada como regressor;
- Variáveis independentes não estritamente exógenas (correlacionadas com realizações passadas e correntes do termo de erro);
- Heterogeneidades individuais não observadas e que não variam no tempo.
- Presença de heterocedasticidade e autocorrelação nas unidades individuais.

Foi então construído um modelo:

$$Y_{it} = \sum_{j=1}^p \alpha_j Y_{i,(t-j)} + \beta X'_{it} + v_i + e_{it}, \quad i=1,\dots,N; t=1,\dots,T \quad (9)$$

$Y_{i,t}$ = variável dependente utilizada referente ao município i no ano t ;

p = número de valores desfasados de $Y_{i,t}$;

X_{it} = vetor correspondente ao conjunto de variáveis explicativas, políticas e de controlo.

v_i = efeito individual do município i ;

e_{it} = termo do erro.

Como este estudo é baseado apenas em 13 observações temporais (entre 1997 e 2009) para cada município, é de esperar que as características de cada município apresentem uma heterogeneidade significativa ao longo do tempo. Contudo, é de esperar que existam efeitos individuais significativos associados a cada município. Estes efeitos podem ser especificados através de duas formas: assumindo esses efeitos como fixos ou aleatórios.

Voltando ao modelo dinâmico da equação 2, a inclusão de uma componente autorregressiva da variável dependente entre as variáveis explicativas pode trazer algumas implicações adicionais em relação ao método de estimação. Segundo Baltagi (2001) e Bond (2002), dado que $Y_{i,t}$ é uma função dos termos de perturbação ($e_{i,t}$), então os valores desfasados da variável dependente incluídos na regressão ($Y_{i,(t-1)}$, $Y_{i,(t-2)}$, ..., $Y_{i,(t-p)}$), são igualmente função dos termos de perturbação, ou seja, estão correlacionados com os termos de perturbação. Em amostras cuja componente seccional é fortemente dominante sobre a componente temporal, as estimativas obtidas são enviesadas e inconsistentes. Para ultrapassar este problema devem ser encontrados instrumentos para os valores desfasados da variável dependente e obter estimativas pelo Método dos Momentos Generalizado (GMM).

3.5 – Método dos Momentos Generalizados

Arellano e Bond (1991) desenvolveram um estimador de método de momentos generalizado (Generalized Method of Moments – GMM).

Tirando as primeiras diferenças de (9) os efeitos individuais (v_i) desaparecem e o modelo resultante pode ser estimado por variáveis instrumentais:

$$\Delta Y_{i,t} = \Delta \sum_{j=1}^p \alpha_j Y_{i,(t-j)} + \Delta X'_{i,t} \beta + \Delta e_{i,t} \quad i=1,\dots,N; t=1,\dots,T \quad (10)$$

Os instrumentos válidos são:

- Os níveis da variável dependente, desfasados dois ou mais períodos ($Y_{i,1}, \dots, Y_{i,(t-2)}$);
- Os níveis das variáveis endógenas, desfasados dois ou mais períodos ($X_{i,1}, \dots, X_{i,(t-2)}$);
- Os níveis das variáveis pré-determinadas, desfasados um ou mais períodos ($X_{i,1}, \dots, X_{i,(t-1)}$);
- Os níveis das variáveis exógenas, correntes e desfasadas ($X_{i,1}, \dots, X_{i,t}$);
- Ou simplesmente as primeiras diferenças das variáveis exógenas ($\Delta X_{i,t}$);

Se assumirmos que as variáveis explicativas ($X_{i,t}$) não estão correlacionadas com os efeitos individuais ($v_{i,t}$), podem sempre ser usadas mais condições de momento. Neste caso, os valores desfasados um período destas variáveis ($X_{i,t-1}$) podem ser utilizados como instrumentos na equação de níveis. Portanto é combinado o conjunto de condições de momentos das equações em primeiras diferenças com as condições adicionais especificadas para a equação de níveis.

Segundo Arellano e Dover (1995), para o caso em que uma variável explicativa ($X_{i,t}$) está correlacionada com o efeito individual (v_i) mas as suas primeiras diferenças ($\Delta X_{i,t}$) já não estão correlacionadas com aqueles valores desfasados das primeiras diferenças ($\Delta X_{i,(t-1)}$), podem ser usados como instrumentos na equação de níveis.

Serão então estimados os seguintes modelos:

1. $\text{Saldo}_{i,t} = \text{saldo}_{i,(t-1)} + \text{anoEleição}_{i,t} + \text{Direita}_{i,t} + \% \text{pop}<15_{i,t} + \% \text{pop}>65_{i,t} + \text{Denspop}_{i,t} + \text{Litoral}_{i,t} + \mu_{i,t}$
2. $\text{TDespesas}_{i,t} = \text{Tdespesas}_{i,(t-1)} + \text{Transferências}_{i,t} + \text{anoEleição}_{i,t} + \text{Direita}_{i,t} + \% \text{pop}<15_{i,t} + \% \text{pop}>65_{i,t} + \text{Denspop}_{i,t} + \text{Litoral}_{i,t} + \mu_{i,t}$
3. $\text{Dcap}_{i,t} = \text{Dcap}_{i,(t-1)} + \text{Dcap}_{i,(t-2)} + \text{Transfcap}_{i,t} + \text{anoEleição}_{i,t} + \text{Direita}_{i,t} + \% \text{pop}<15_{i,t} + \% \text{pop}>65_{i,t} + \text{Denspop}_{i,t} + \text{Litoral}_{i,t} + \mu_{i,t}$

4. $\text{Investimento}_{i,t} = \text{Investimento}_{i,(t-1)} + \text{Transfcap}_{i,t} + \text{anoEleição}_{i,t} + \text{Direita}_{i,t} +$
 $\% \text{pop} < 15_{i,t} + \% \text{pop} > 65_{i,t} + \text{Denspop}_{i,t} + \text{Litoral}_{i,t} + \mu_{i,t}$

4 - Resultados Empíricos

4.1 – Análise e Discussão dos Resultados

No Quadro 10 são apresentados os resultados das estimativas dos modelos descritos na secção anterior usando o método sistema-GMM para modelos lineares dinâmicos de dados em painel para os 278 municípios de Portugal continental nos anos de 1997 a 2009.

Quadro 10 – Resultados Econométricos: efeitos políticos no saldo e nas despesas municipais

Ciclos Político-Económicos Nas Finanças Locais				
	Saldo	Despesas Totais	Despesas de Capital	Investimento
Saldo(-1)	0,060759*** (3,06)			
Tdespesas(-1)		0,34*** (50,27)		
Dcap(-1)			0,05*** (4,23)	
Dcap(-2)			-0,14*** (-9,09)	
Investimento(-1)				0,05*** (3,03)
Transferências		0,14** (2,23)		
TransfCap			2,95*** (36,57)	1,57*** (12,15)
AnoEleição	-35,36*** (-9,33)	-75,13*** (-3,56)	18,32*** (3,63)	22,22*** (4,04)
Direita	9,99 (0,39)	161,6 (1,44)	-7,53 (-0,19)	-10,74 (-0,25)
%pop<15	-4830,26*** (-4,78)	-15383,84** (-2,48)	-1392,01 (-0,81)	-3787,53* (-1,87)
%pop>65	-104,3*** (-3,74)	-161,65 (-0,10)	-208,18 (-0,25)	-976,13 (-1,11)
DensPop	0,02 (1,22)	0,13 (1,25)	-0,02 (-0,93)	-0,01 (0,72)
Litoral	45,57 (0,96)	145,54 (0,71)	21,98 (0,29)	117,56* (1,76)
Nº Observações	3610	3610	3610	3610
Nº de Municípios	278	278	278	278
Fontes: DGAL, INE.				
Notas:				
- Estimacões através sistemas GMM para modelos lineares de dados em painel;				
- Resultados da estimacão do 2º passo (2-step results) usando desvios padrão robustos a heterocedasticidade e corrigidos para amostras pequenas;				
- Estatística-t entre parênteses. Níveis de significância:*** 1%; **5%; *10%.				

O valor desfasado de um período das variáveis dependentes é sempre significativo a 5%, embora tenha sido preciso incluir um segundo desfasamento na equação para as Despesas de Capital.

Do quadro 10 observa-se que face às transferências que os municípios recebem num determinado ano todos os coeficientes das transferências (coeficientes das

transferências totais e de capital nas últimas três equações) são positivos, tal como aconteceu no trabalho de Veiga e Veiga (2004). Ou seja, conclui-se que quanto maiores as transferências maiores as despesas, o que vai de encontro ao que foi antecipado neste trabalho.

Em relação a evidências de ciclos oportunistas racionais, pode-se afirmar que são significativas para as variáveis *Saldo, despesas de capital e despesas de investimento* já que a variável *Ano de Eleições* é sempre significativa. Sendo assim, o seu sinal coincide com o esperado. Por outras palavras, em anos de eleições registam-se maiores défices e maiores despesas de capital e de investimentos do que nos outros anos.

Os resultados indicam que, mantendo tudo o resto constante:

O saldo orçamental diminui, em média e aproximadamente, 35,36 euros por habitante nos anos de eleições;

As despesas de capital aumentam, em média e aproximadamente, 18,32 euros por habitante nos anos de eleições;

As despesas de investimento aumentam, em média e aproximadamente, 22,22 euros por habitante nos anos que existem eleições.

Em relação aos efeitos ideológicos, os saldos orçamentais e as despesas de capital são mais elevados em municípios onde os presidentes das Câmaras são de direita do que em município de esquerda, enquanto as despesas totais e as despesas de investimento são maiores em municípios governados por Presidentes da Câmara de direita. Dado que os coeficientes destas variáveis não são significativas (para um nível de significância de 5%), nenhuma conclusão acerca de efeitos ideológicos podem ser tiradas.

Para explicar as diferenças entre saldos e despesas por habitantes dos municípios, as variáveis de controlo também deram uma ajuda:

- Concelhos com maior percentagem de população inferior a 15 anos e superior a 65anos têm maiores défices Orçamentais. (estas duas variáveis mostraram-se não significativas, para um nível de significância de 5%, nas equações das despesas totais, das despesas de capital e nas despesas de investimento).

- Em relação às variáveis *Densidade populacional* e *Litoral*, ambas se mostraram não significativas nas equações estimadas.

Em relação aos resultados econométricos dos efeitos políticos no saldo e nas despesas dos 14 municípios da Sub-região Dão-Lafões, devido ao reduzido nível de significância, nenhuma conclusão foi retirada acerca existência de Ciclos Políticos Económicos (Quadro 1 em anexo).

4.2 – Análise Gráfica

Uma forma de detetar a existência de *Ciclos Políticos e Económicos* é através da representação gráfica, tendo como objetivo deteta-los entre as eleições autárquicas de 1997, 2001, 2005 e 2009. Estes anos serão representados graficamente através de linhas verticais em cada ano de eleição.

O Quadro 11 mostra as datas das eleições de 1997 a 2009.³

Quadro 11 – Eleições Autárquicas em Portugal

Data das Eleições
14 de Dezembro de 1997
16 de Dezembro de 2001
9 de Outubro de 2005
11 de Outubro de 2009

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

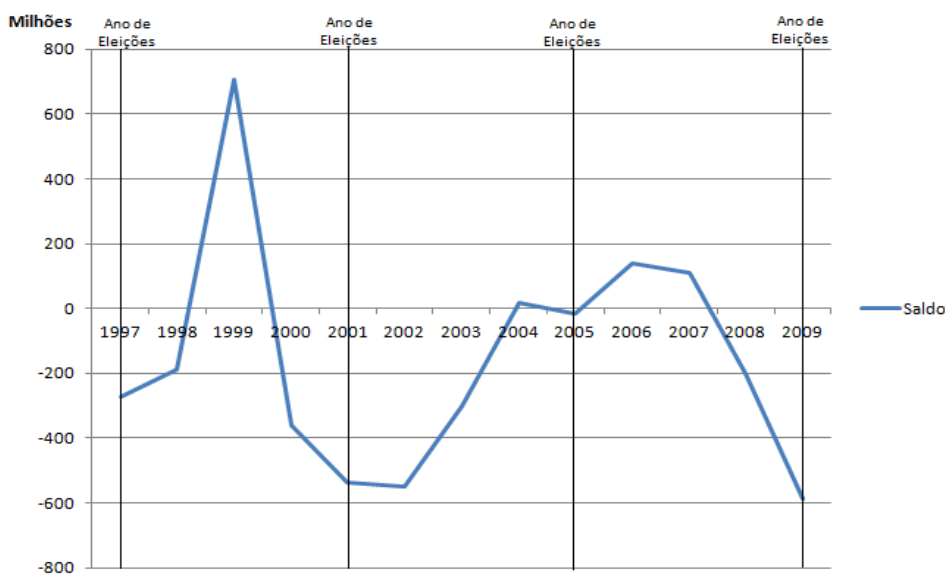
Em primeiro lugar representarei graficamente a evolução das somas dos Saldos Orçamentais dos 278 municípios de Portugal Continental e de seguida a evolução das somas dos Saldos Orçamentais dos 14 municípios pertencentes à região Dão-Lafões desde o ano de 1997 até 2009.

De acordo com a figura 5 observa-se que:

- **No Intervalo eleitoral de 1997 a 2001:** Como se observa na figura 5, logo após as eleições de 1997, o défice orçamental global diminui abruptamente de 271 milhões de euros negativos para 1Bilião de Euros positivos em 1999. De seguida volta a aumentar rapidamente até valores de 360 milhões negativos em 2001 (ano de eleições).

- **No Intervalo eleitoral de 2001 a 2005:** Após as eleições de 2001, o défice diminui de cerca de 538 milhões de euros negativos para valores de 15 milhões de euros negativos em 2004. De 2004 a 2005 (ano de eleições) volta a aumentar atingindo um défice de 16 milhões de euros negativos.
- **No Intervalo eleitoral de 2005 a 2009:** Após as eleições de 2005, o défice diminui atingindo um máximo de 138 milhões de euros de superavit em 2006. Em 2007, o saldo volta a ser negativo, passando de 110 milhões de euros positivos para 384 milhões de euros negativos em 2009.

Figura 5 – Evolução do Saldo Orçamental Total dos 278 Municípios



Fonte: Elaboração própria

Em relação a diferenças partidárias os resultados eleitorais nos quatro anos em análise permitem constatar que:

- 1997 – 132 Municípios de Direita e 146 Municípios de Esquerda;
- 2001 – 125 Municípios de Direita e 153 Municípios de Esquerda;
- 2005 – 132 Municípios de Direita e 146 Municípios de Esquerda;
- 2009 – 131 Municípios de Direita e 147 Municípios de Esquerda.

³ Em anexo estão descritos os detalhes das eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República desde 1997 até 2009.

Durantes estes quatro anos de eleições autárquicas houve sempre mais municípios de Esquerda do que de Direita, mas nenhum lado se evidenciou mais, portanto não existe base de comparação para se poder comparar ideologias partidárias.

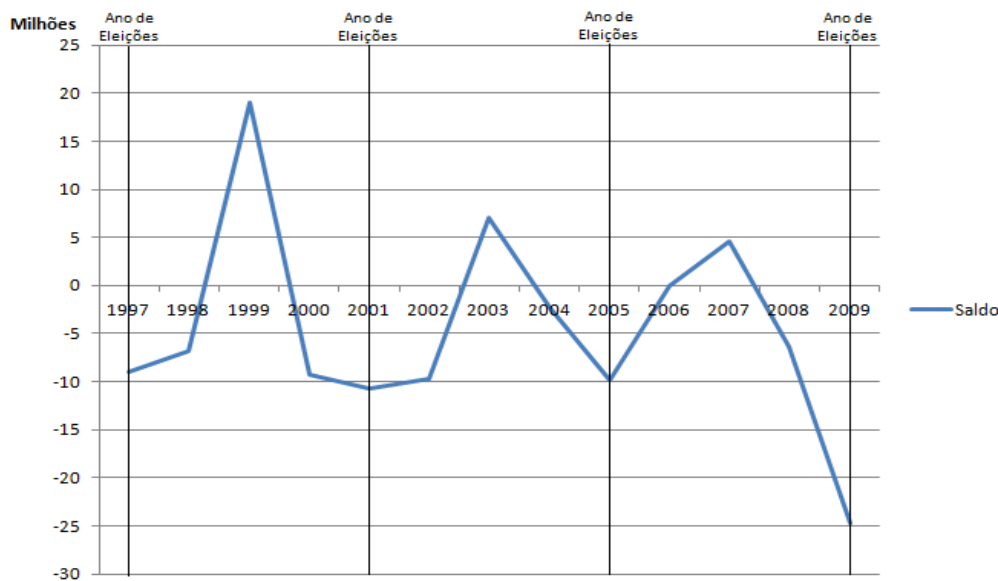
Durante este período, um dos factos importante que aconteceu na Economia Portuguesa foi a terceira fase da União Económica Monetária no final de 1998. Teve início com a fixação irrevogável das taxas de câmbio das moedas dos 11 Estados-Membros que inicialmente participariam na União Monetária e com a condução de uma política monetária única sob a responsabilidade do BCE.

Foi este período também caracterizado pela crise instalada nos mercados financeiros, pelo acentuado crescimento do preço do petróleo e o aumento das taxas de juro. Como consequência lógica da flutuação destas variáveis, constata-se a estagnação das Economias Norte Americanas e Europeias, com reflexos negativos para a economia portuguesa. Assim se explica o porquê de na figura 5 o saldo Orçamental, depois do pico em 1999, nunca mais tenha atingido picos tão elevados de Superativts.

A subida do déficit Orçamental de Portugal de 2007 a 2009 poderá explicar um pouco as reformas que se estão a implementar nas autarquias desde 2011, depois da intervenção do Fundo Monetário Internacional em Portugal.

Especificando um pouco mais a evolução do Saldo Orçamental, a Figura 6 mostra a Evolução do Saldo Orçamental Total dos 14 Municípios da sub-região Dão-Lafões.

Figura 6 – Evolução do Saldo Orçamental Total dos Municípios pertencentes à Sub-região Dão-Lafões



Fonte: Elaboração própria

De acordo com a figura 6 observa-se:

- **Intervalo eleitoral de 1997 a 2001:** Após o ano de eleições denota-se uma variação drástica do saldo orçamental de cerca de 8 milhões de euros negativos em 1997 para cerca de 18 milhões de euros positivos em 1999. Logo a seguir, o saldo volta a variar negativamente para cerca de 10 milhões de euros negativos em 2001 (ano de eleições).
- **Intervalo eleitoral de 2001 a 2005:** Após o ano de eleições verifica-se uma variação positiva no saldo orçamental de cerca 10 milhões de euros negativos em 2001 para um valor máximo (deste intervalo) de cerca 7 milhões de euros em 2003. De seguida volta a cair até 2005 atingindo um défice de cerca de 9 milhões de euros (ano de eleições).
- **Intervalo eleitoral de 2005 a 2009:** Após o ano de eleições denota-se uma variação positiva no saldo orçamental alterando o défice de 9 milhões de euros em 2005 para um superavit de 4 milhões de euros em 2007. De seguida volta-se a visualizar uma queda no saldo orçamental. Desta vez uma queda bastante acentuada ficando Região Dão-Lafões com um défice de 24 milhões de euros. Em 2009 (ano de eleições).

Em relação a conclusões partidárias, os resultados eleitorais nestes quatro anos foram:

- 1997 – 7 Municípios de Direita e 7 Municípios de Esquerda;

- 2001 – 5 Municípios de Direita e 9 Municípios de Esquerda;
- 2005 – 6 Municípios de Direita e 8 Municípios de Esquerda;
- 2009 – 8 Municípios de Direita e 7 Municípios de Esquerda.

Tal como aconteceu nos 278 Municípios, não existe, nesta região, uma diferença significativa entre os municípios de Direita e de Esquerda, portanto nada se pode concluir acerca de influências partidárias nos Saldos Orçamentais destes 14 Municípios.

Comparando a Figura 5 e 6, em ambos os três intervalos eleitorais são visíveis ciclos. O saldo orçamental toma sempre valores positivos crescentes a seguir às eleições e negativos decrescentes ao se aproximarem as eleições. Contudo, é bem mais visível na figura 6 as quedas e as subidas fortemente acentuadas uma vez que se trata de uma especificação de apenas com 14 municípios com comportamentos idênticos.

Esta é uma tendência também apresentada por Rogoff (1990) e por Blais e Nadeau (1992) que afirmam que em períodos de eleições as despesas no poder local desviam de forma significativa dos seus valores normais, provocando um maior choque e impacto de competências claramente perceptível aos olhos dos eleitores. Conseguindo assim mostrar que a manipulação das despesas autárquicas é mais eficaz do que utilizando políticas monetárias para tal.

5 – Conclusão

O presente trabalho teve como principal objetivo investigar a existência de ciclos políticos económicos nos municípios de Portugal continental e numa segunda fase nos municípios pertencentes à sub-região Dão-Lafões.

Ao analisar grande parte da literatura existente sobre este tema, a ideologia retida relacionou intrinsecamente a evolução dos resultados políticos e dos resultados económicos. Foram considerados, como os modeladores de um equilíbrio nesta relação, os eleitores. Por outras palavras, os políticos têm a perceção que são os eleitores a avaliar o seu desempenho, através da evolução da economia. Portanto, a evolução da economia torna-se num ponto fulcral na avaliação realizada ao desempenho dos governantes através das ações que tomam e na escolha de instrumentos económicos que fazem.

Dois objetivos foram realçados sobre esta temática, tendo sido criados assim dois modelos:

- **Modelos Oportunistas** – objetivo último de qualquer político é ser eleito para o cargo que se candidata. Uma vez alcançado, tenta sempre permanecer o maior tempo possível. Estes são vistos como os manipuladores da economia;
- **Modelos Partidários** – como ideia central, os políticos preferem implementar as suas políticas ideológicas partidárias. Aqui, as medidas adotadas pelos políticos respondem essencialmente às necessidades das classes sociais que são as suas bases de apoio. São assim distinguidas diferenças sistemáticas ao nível da política económica entre partidos de direita e de esquerda, apoiadas por classes sociais distintas.

Debruçando-me sobre as finanças no poder local, analisei a existência desses ciclos, tomando em consideração que é mais fácil aos autarcas manipularem os instrumentos de política que a evolução das variáveis económicas nos seus municípios, tendo como base o trabalho de Veiga e Veiga (2004).

A primeira conclusão empírica retirada neste trabalho demonstra que, quanto maiores as Transferências maiores são as despesas municipais.

A segunda conclusão diz respeito à existência de ciclos oportunistas racionais. Através das variáveis *Saldo*, *Despesas de Capital* e *Despesas de Investimento*, concluindo que em anos de eleições se registam maiores défices e maiores despesas de capital e de investimento do que nos restantes anos.

Em relação aos efeitos ideológicos, nenhuma conclusão pode ser retirada, uma vez que os coeficientes estimados não foram significativos.

Como último ponto, foi realizada uma análise gráfica acerca da evolução do Saldo Orçamental desde o ano de 1997 a 2009. Numa primeira fase a todos os 278 municípios em conjunto e numa segunda fase apenas aos municípios da sub-região Dão-Lafões. Constatou-se visualmente a subida dos superávits orçamentais logo a seguir aos anos eleitorais e a subida dos déficits orçamentais um/dois anos antes dos anos eleitorais, o que, de uma forma simples e eficaz, mostra que a citação popular “Os presidentes das Câmaras

fazem obras antes das eleições para serem reeleitos” é uma expressão popular com algum fundamento.

Como limitações na realização deste trabalho aponto a falta de observações necessárias para um maior número de anos, o que fez com que não conseguisse retirar qualquer tipo de conclusão empírica relativamente à análise feita aos municípios da sub-região Dão-Lafões.

Em relação ao futuro, com mais um ano de eleições a aproximar-se, tornar-se-á um objetivo interessante tentar prever se os Ciclos Políticos Económicos se irão repetir novamente ou não

Bibliografia

- AGRIA, Manuel M. (1994). *Ciclos Políticos na Economia Portuguesa*. Tese de Mestrado em Economia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Economia
- ALESINA, Alberto (1987). Macroeconomic Policy in a Two-party System as a Repeated Game. *Quarterly Journal of Economics*, 102:651-678
- ALESINA, Alberto (1988). Macroeconomics and Politics. *NBER Macroeconomics Annual*. Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research. pp. 13-52
- ALESINA, Alberto, and SACHS, Jeffrey (1988). Political Parties and the Business Cycle in the United States, 1948-1984. *Journal of Money, Credit and Banking*, 20: 63-82
- ALESINA, Alberto (1989). Politics and Business Cycles in Industrial Democracies. *Economic Policy*, 8: 55-98.
- ALESINA, Alberto, e CUKIERMAN, Alex (1990). *The Politics of Ambiguity*. *Quarterly Journal of Economics*, 105: 829-850
- ALESINA, Alberto, e ROUBINI, Nouriel (1992). Political Cycles in OECD Economies. *Review of Economic Studies*, 59:663-88
- ALLERS, Maarten A., DE HAAN, Jakob, e STERKS, Cees G. (2001). Partisan Influence on the Local Tax Burden in the Netherlands. *Public Choice*, 106(1/2): 351-363.
- ANDRADE, J. (2004). *Apontamentos de econometria aplicada*; p.p. 157-160.
- ARELLANO e BOND [1991]. “Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and an Application to Employment Equations”, *Review of Economic Studies*, 58: 277-297.
- BALEIRAS, Rui Nuno, e COSTA, José S. (2001). To Be or not To Be in Office Again, That is the Question – Political Business Cycles with Local Governments. *Working Paper*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa
- BALTAGI, B e L, LONG. (2007). Alternative ways of obtaining Hausman’s test using artificial regressions. *Statistics & Probability Letters*; 77; p.p. 1413-1417.
- BLAIS, André, e NADEAU, Richard (1992). *The Electoral Budget Cycle*. *Public Choice*, 74: 389-403.
- COELHO, César e VEIGA, Linda Gonçalves (2001). Ciclos Político-económicos e o Poder Local. *Actas da IV Conferência sobre a Economia Portuguesa*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa
- COELHO, César (2004). Ciclos Político Económicos e o Poder Local. Tese de Mestrado em Economia. Braga: Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão
- COSTA-GOMES, Miguel, e TAVARES, José A. (1999). Democracy and Business Cycles: Evidence From Portuguese Economic History. *European Review of Economic History*, 3(3): 295-322
- CUKIERMAN, Alex, e MELTZER, Alan (1986). A Positive Theory of Discretionary Policy, the Cost of a Democratic Government, and the Benefit os a Constitution. *Economic Inquiry*, 24: 367-388
- DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS (1997-2009). Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

- DOWNS, Anthony (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row
- FREY, Bruno S., e LAU, Lawrence J. (1968). Towards a Mathematical Model of Government Behaviour. In Frey, Bruno S. (ed.). *Political Business Cycles*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 1997. Pág. 140-165
- FREY, Bruno S., e SCHNEIDER, Friedrich (1988). Politico-Economic Models of Macroeconomic Policy: A Review of the Empirical Evidence. In FREY, Bruno S. (ed.), *Political Business Cycles*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 1997. Pág. 3-39
- GALLI, Emma, e ROSSI, Stefania P. (2002). Political Budget Cycles: The Case of the Western German Länder. *Public Choice*, 110(3/4): 283-303
- GUJARATI, D. (2004). *Basic Econometrics*. Mc Graw Hill, 4th ed. Boston; p.p. 636-652.
- HARRINGTON, Joseph E., Jr. (1993). Economic Policy, Economic Performance, and Elections. *American Economic Review*, 83: 27-42
- HIBBS, Douglas A., Jr. (1977). *Political Parties and Macroeconomic Policy*. *American Political Science Review*, 71(4): 1467-1487
- HIBBS, Douglas A., Jr. (1982). Economic Outcomes and Political Support for British Governments among Occupational Classes: A Dynamic Analysis. *American Political Science Review*, 76(2): 259-279
- IBRAHIM, M.M. (1994). Party Politics and Spending Decisions in Local Authorities. *International Journal of Public Sector Management*, 5: 67-71
- JONHSTON, J & J, DiNardo. (2001). *Métodos Económicos*. Mc Graw Hill; 4a ed.; p.p. 421-442.
- KALECKI, Michal (1943). *Studies in Economic Dynamic*. London: Allen and Unwin
- KEYNES, John M. (1936). *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. London: MacMillan
- LINDBECK, Assar (1976). Stabilization Policies in Open Economies with Endogenous Politicians. *American Economic Review Papers and Proceedings*, 66: 1-19
- MACRAE, C. Duncan (1977). A Political Model of the Business Cycle. *Journal of Political Economy*, 85(2): 239-263
- MARQUES, Luís D. (2000). Modelos Dinâmicos com Dados em Painel: Revisão de Literatura. *Working Paper do CEMPRES*, Outubro de 2000. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Economia
- MARTA, José M. (2000). *Imperfeições e Competição no Processo Político: Uma Aplicação aos Governos Locais*. Tese de Mestrado em Administração Pública. Braga: Universidade do Minho
- MARTINS, Rodrigo C. A. (2002). *Voto, Eleitores e Ciclos Políticos: Uma Análise Político-Económica*. Tese de Mestrado em Economia. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia
- MARX, Karl (1867). *Capital, vol. I, II e III*. New York : International Publishers
- NORDHAUS, William D. (1975). The Political Business Cycle. *The Review of Economic Studies*, 42: 169-170

- PETTERSSON-LIDBOM, Per (2001). An Empirical Investigation of the Strategic Use of Debt *Journal of Political Economy*, 109: 570-583
- PETTERSSON-LIDBOM, Per (2003). A Test of the Rational Electoral-Cycle Hypothesis. Stockholm University, Department of Economics. *Research Papers in Economics*, 2003:16
- ROGOFF, Kenneth (1990). Equilibrium Political Budget Cycles. *American Economic Review*. 80:21-36
- ROGOFF, Kenneth, e SIBERT, Anne (1988). Elections and Macroeconomic Policy Cycles. *The Review of Economic Studies*, 55:1-16
- SCHUMPETER, Joseph A. (1939). *Business Cycles*. New York: McGraw-Hill Inc
- SEITZ, Helmut (2000). Fiscal Policy, Deficits and Politics of Subnational Governments: The Case of the German Laender. *Public Choice*, 102(1/2): 183-218
- VEIGA, Francisco José, e VEIGA, Linda Gonçalves (2004). Ciclos Político-económicos nos Municípios Portugueses. *Actas da II Conferência do Banco de Portugal: Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu*. Lisboa
- TER-MINASSIAN, T. (1997). *Fiscal Federalism in Theory and Practice*. International Monetary Fund, Washington, DC.
- TIEBOUT, C.(1956) A Pure Theory of Local Expenditures, *Journal of Political Economy* 64 (5): 416–424.
- TUFTE, Edward R. (1975). Determinants of the Outcomes of Midterm Congressional Elections. *American Political Science Review*, 69(3): 812-826
- YILMAZ, S., 2001. Concept of fiscal decentralization and worldwide overview. Course Material, Intergovernmental Fiscal Relations and Local Financial Management Program. World Bank Institute, Washington, DC.
- WOOLDRIDGE, J. (2004). *Top Introductory Econometrics: A modern approach*; Thomson
- WRIGHT, Gavin (1974). The Political Economy of New Deal Spending: An Econometric Analysis. In FREY, Bruno S. (ed.), *Political Business Cycles*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, pp. 223-231

Anexos I

Quadro 1 – Resultados Econométricos: efeitos políticos no saldo e nas despesas municipais dos 14 Municípios da Sub-região Dão-Lafões

Ciclos Político-Económicos Nas Finanças Locais				
	Saldo	Despesas Totais	Despesas de Capital	Investimento
Saldo(-1)	-0,18 (-0,17)			
Tdespesas(-1)		0,15 (1,59)		
Dcap(-1)			-0,08 (-0,66)	
Dcap(-2)			-0,29 (-2,01)	
Investimento(-1)				-0,03 (0,49)
Transferências		1,16 (0,33)		
TransfCap			3,61 (1,52)	0,003 (0,002)
AnoEleição	-20,72 (-0,99)	28,80 (0,59)	18,09 (0,95)	17,72 (1,09)
Direita	-3,11 (-0,08)	117,66 (0,58)	48,53 (2,24)	40,51 (1,26)
%pop<15	-106,02 (-0,86)	-6834,48 (-0,40)	299,18 (0,15)	-667,49 (0,18)
%pop>65	-1094,57 (-0,87)	-2352,13 (-0,31)	330,27 (0,31)	-538,41 (-0,32)
DensPop	-0,03 (-0,48)	-0,25 (0,85)	-0,06 (-1,52)	-0,057 (-0,62)
Litoral	46,63 (0,19)	137,58 (0,29)	431,74 (0,37)	-209,87 (-0,59)
Nº Observações	182	182	182	182
Nº de Municípios	14	14	14	14

Fontes: DGAL, INE.
Notas:
- Estimções através sistemas GMM para modelos lineares de dados em painel;
- Resultados da estimação do 2º passo (*2-step results*) usando desvios padrão robustos a heterocedasticidade e corrigidos para amostras pequenas;
- Estatística-t entre parênteses. Níveis de significância:*** 1%; **5%; *10%.

Quadro 2 – Eleições para a Assembleia da República

Data das Eleições	Partido no Poder	Primeiro Ministro	% Votos
10 de Outubro de 1999	PS	António Guterres	50%
17 de Março de 2002	PSD	Durão Barroso	46%
20 de Fevereiro de 2005	PS	José Socrates	45%
27 de Junho de 2009	PS	José Socrates	37%

Fonte: Comissão Nacional de Eleições

Quadro 3 – Eleições para a Presidência da República

Data de Eleições	Presidente da República
14 de Janeiro de 2001	Jorge Sampaio
22 de Janeiro de 2006	Cavaco Silva

Fonte: Comissão Nacional de Eleições